

Bom desempenho do mercado de trabalho da RMPA em 2005 beneficiou de forma similar mulheres e homens*

Elisabeth Kurtz Marques**
Irene Maria Sassi Galeazzi***
Míriam De Toni****
Norma Hermínia Kreling*****

Introdução

Segundo informações provenientes da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), no ano de 2005, o mercado de trabalho da RMPA apresentou desempenho positivo em seus principais indicadores, na comparação com 2004. Não obstante a queda no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, estimada em 4,8%, em 2005, em termos reais, a evolução favorável do mercado de trabalho esteve ancorada no aumento da ocupação, na queda do desemprego e em uma pequena recuperação do valor do rendimento médio real do trabalho.

Tais resultados incidiram de modo distinto sobre a força de trabalho ao se analisarem os dados sob o recorte de gênero, embora se tenha observado evolução positiva tanto para as mulheres quanto para os homens.

Considerando o mercado de trabalho em seu conjunto, o nível de ocupação cresceu 3,3% no período 2004-05, estimando-se um total de 1.569 mil trabalhadores ocupados no último ano, com o acréscimo de 49 mil trabalhadores no período. Esse aumento deveu-se quase exclusivamente à ampliação de postos de trabalho assalariados no setor privado com carteira de trabalho assinada, interrompendo-se o processo de precarização das inserções ocupacionais que vinha marcando a evolução do mercado de trabalho regional.

A taxa média anual de desemprego total recuou para 14,5% da População Economicamente Ativa (PEA) face aos 15,9% do ano anterior, estimando-se um contingente total de 266 mil desempregados (21 mil a menos do que em 2004). Os rendimentos médios reais do trabalho, por sua vez, acusaram pequena variação positiva, de 1,6%, após quatro anos consecutivos de queda.

Ao se analisarem os dados sob o enfoque de gênero, observa-se que, de um modo geral, a melhora registrada nos indicadores foi semelhante para os contingentes feminino e masculino, revelando um comportamento distinto do registrado em 2004, comparado a 2003, quando as mulheres obtiveram ganhos proporcionais mais intensos do que os homens no que respeita à ocupação e aos rendimentos do trabalho.

* As autoras agradecem aos colegas Jéferson D. de Matos e Ana Paula Speroto, Estatísticos da PED-RMPA, a organização dos dados; à Sheila S. W. Sternberg, do Núcleo de Estudos Urbanos da FEE, as informações provenientes do Ministério do Trabalho e Emprego; à bolsista da FAPERGS Thais F. Persson e à estagiária Márcia Alves o auxílio na consecução e na edição final do texto.

** Psicóloga da FEE.

*** Socióloga da FGTAS.

**** Socióloga da FEE e Doutora em Sociologia pela UFRGS.

***** Socióloga da FEE.

No que tange ao desemprego, em 2005, a taxa das mulheres situou-se em 17,6%, face aos 19,1% de 2004, obtendo-se redução um pouco menor do que a verificada para o contingente masculino, cuja taxa declinou de 13,1% para 11,9% no período. Essa queda nas taxas de desemprego deveu-se, fundamentalmente, ao desempenho positivo do nível ocupacional, uma vez que o grau de participação de mulheres e de homens no mercado de trabalho pouco se alterou, acusando pequenas variações negativas e resultando em taxas de participação da ordem de 49,3% para as mulheres e de 66,4% para os homens em 2005.

A ocupação expandiu-se, absorvendo trabalhadores de ambos os sexos, com uma pequena diferença a favor das mulheres (3,5% para as mulheres e 3,1% para os homens). Os incrementos maiores ocorreram na indústria, tanto para as mulheres (7,7%) quanto para os homens (7,8%). Para ambos os segmentos, predominou a ampliação do emprego formal no setor privado: o assalariamento com carteira assinada foi o principal responsável pelo aumento da ocupação feminina e o único com variação positiva entre os homens.

O rendimento médio real elevou-se para ambos os sexos, sendo um pouco maior para os homens (1,5%) do que para as mulheres (1,2%), interrompendo o movimento de redução da diferença entre os rendimentos dos dois grupos, registrado nos últimos quatro anos. As mulheres permaneceram com rendimentos médios inferiores, sendo que, em 2005, auferiram rendimentos médios correspondentes a 74,4% daqueles recebidos pelos homens.

Em síntese, considerando-se que os indicadores do mercado de trabalho da RMPA apresentaram comportamentos semelhantes para os contingentes feminino e masculino, em 2005, a situação das mulheres manteve as características que têm determinado condições de inserção menos favoráveis na comparação com o segmento masculino, revelando uma situação que decorre das relações de gênero presentes em nossa sociedade. Desse modo, no confronto com a força de trabalho masculina, as mulheres apresentam uma menor participação no mercado de trabalho, têm taxas de desemprego mais elevadas e auferem rendimentos mais baixos. Embora, ao longo da série da PED-RMPA, a evolução dos dados revele uma tendência mais favorável ao segmento feminino, as formas diferenciadas de inserção de mulheres e homens no mercado de trabalho permanecem, ainda, como um fator importante a demarcar as desigualdades de gênero, carregando traços discriminatórios em relação às mulheres trabalhadoras.

1 - Queda no desemprego beneficia mais as mulheres não brancas¹ e as mais jovens

As taxas de desemprego das mulheres, tradicionalmente, têm-se mantido em patamares mais elevados em relação à população masculina, comportamento que se constata ao longo da série histórica da PED-RMPA. Em 2005, a taxa de desemprego recuou para ambos os sexos, mas a retração na taxa feminina foi inferior à do contingente masculino — para as mulheres, a variação foi de 7,9%, enquanto, para os homens, de 9,2% —, provocando ligeiro aumento da diferença entre as mesmas (Tabelas 2 e 3 do **Anexo Estatístico**).

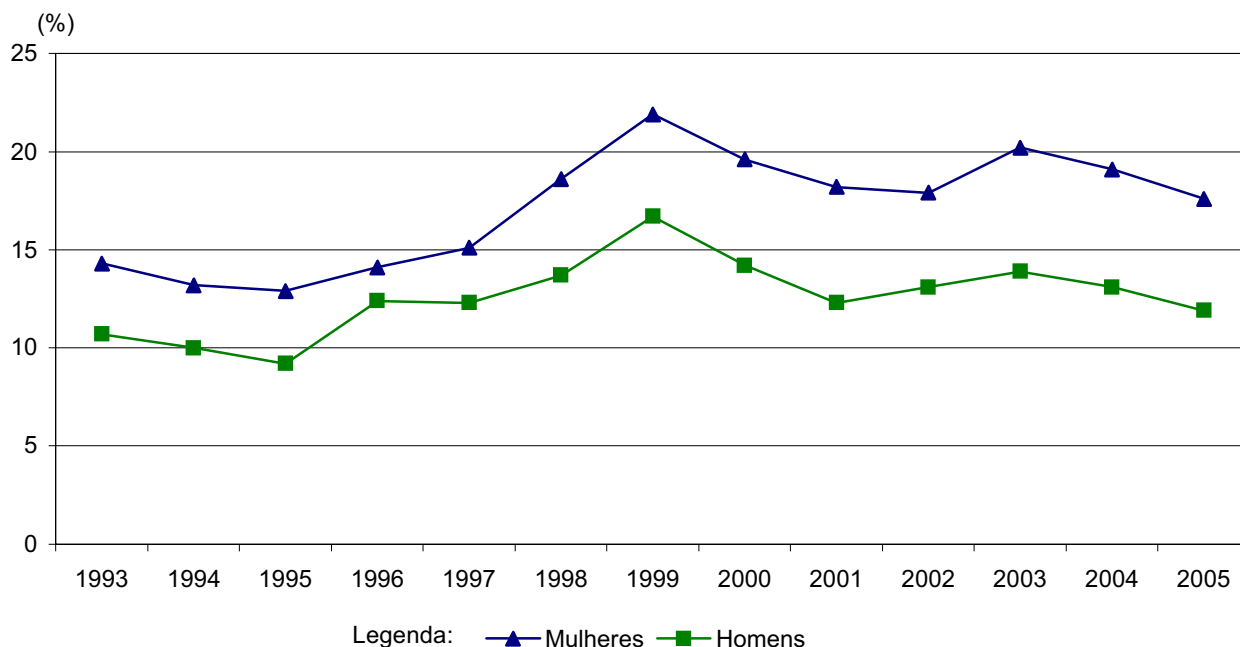
A taxa de desemprego feminino passou para 17,6% da PEA na RMPA, em 2005, frente aos 19,1% observados no ano anterior. Esse movimento, apesar de favorável, ainda manteve a taxa das mulheres bem acima do patamar das taxas de desemprego da população masculina, que recuou para 11,9% em 2005, contra os 13,1% de 2004.

Os dados de 2005 indicam, ademais, que o contingente feminino representava mais da metade do contingente em desemprego (54,9%), fenômeno que vem ocorrendo desde 1998. Em números absolutos, as mulheres desempregadas totalizaram 146 mil em 2005, enquanto o contingente masculino ficou em 120 mil nessa condição.

¹ Inclui negras, pardas e amarelas.

Gráfico 1

Taxa de desemprego, segundo o sexo, na RMPA — 1993-05



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Concomitantemente à situação crítica das elevadas taxas de desemprego da população em geral, houve queda da taxa de participação² para ambos os contingentes em 2005, ressaltando-se, entretanto, que a redução da taxa de participação feminina foi um pouco mais acentuada (passou de 49,8% em 2004 para 49,3%). A retração desse indicador entre as mulheres vem ocorrendo desde o ano 2000, sinalizando uma desaceleração da pressão feminina sobre o mercado de trabalho.

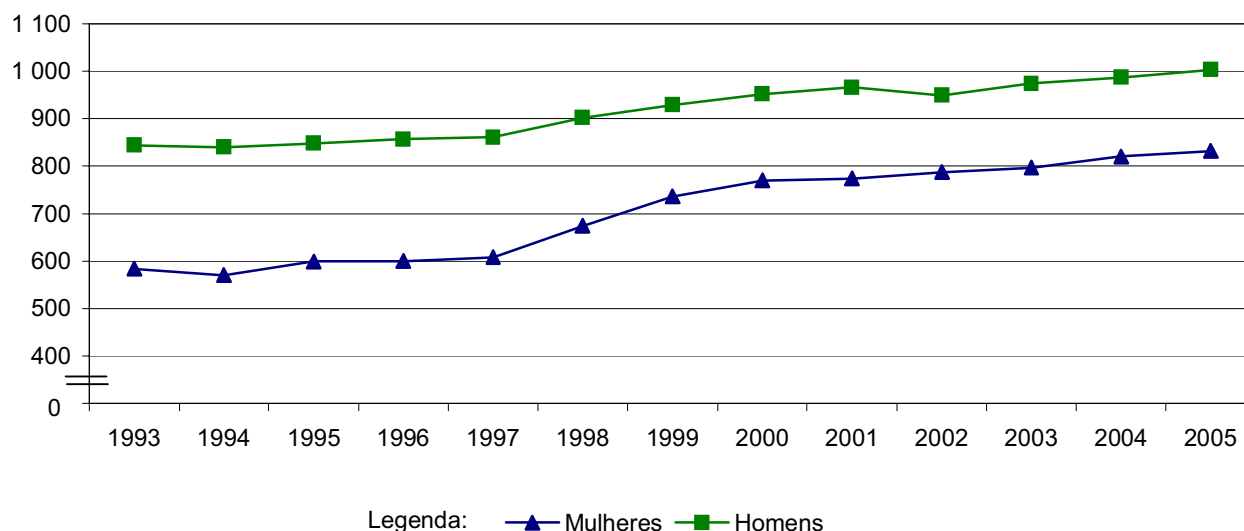
Em 2005, a PEA feminina cresceu menos que a masculina: seu contingente foi acrescido de mais 12 mil trabalhadoras, passando a 832 mil pessoas, enquanto a PEA masculina apresentou um incremento de 16 mil trabalhadores, ultrapassando um milhão em seu total.

Esse movimento populacional, que indica um ingresso menor de mulheres do que de homens no mercado de trabalho metropolitano, em 2005, foi insuficiente para provocar uma redução mais expressiva no desemprego feminino, o qual apresentou um recuo menor que o masculino. Recorrentemente, as condições de inserção de homens e de mulheres no mercado de trabalho continuam sendo desiguais, uma vez que o contingente feminino permaneceu enfrentando maiores obstáculos na busca por ocupação, sempre associados à construção social dos papéis masculino e feminino e às discriminações daí decorrentes, contribuindo para o incremento de mulheres desempregadas.

² Proporção da População em Idade Ativa (PIA) — de 10 anos ou mais que se encontra efetivamente no mercado de trabalho, na condição de ocupada ou buscando trabalho.

Gráfico 2

Estimativa de População Economicamente Ativa, segundo o sexo, na RMPA — 1993-05



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

No que concerne aos tipos de desemprego, observaram-se, em 2005, quedas mais expressivas no desemprego oculto: a taxa do contingente feminino registrou queda de 18,2%, e a do masculino, de 18,4%. Já a retração da taxa de desemprego aberto, embora menos intensa, também foi mais favorável para os homens (-4,8%) do que para as mulheres (-3,7%) — Tabela 4 do **Anexo Estatístico**.

O indicador que mede o tempo de procura por uma ocupação é outro importante avaliador das dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Para ambos os contingentes em análise, houve redução do tempo médio, em 2005, com relação ao ano anterior, sendo que, para as mulheres, foi de apenas quatro semanas, enquanto, para os homens, foi de seis semanas, passando para 42 e 36 semanas respectivamente (Tabela 10 do **Anexo Estatístico**).

Em 2005, verificou-se queda na taxa de desemprego específica para quase todos os segmentos populacionais. Entretanto, ao se analisar o desemprego sob a ótica dos atributos pessoais, como idade, cor, posição no domicílio e escolaridade, verifica-se diversidade nos movimentos dos indicadores para homens e mulheres. Em alguns casos, mantiveram-se inalteradas as desigualdades, fruto da valorização social diferenciada. Em outros casos, no entanto, o movimento do ano de 2005 contribuiu para atenuar as diferenças entre os sexos.

Para o contingente feminino, as variações maiores, em relação a 2004, foram constatadas entre as mulheres de cor não branca³ (-16,2%) e para as que se encontravam na faixa etária de 10 a 17 anos de idade, cuja taxa caiu 16,1%. Também foi expressiva a redução da taxa das que ocupavam a posição de filhas no domicílio (-13,6%). Em menor medida, mas também apresentando taxas descendentes, encontravam-se as

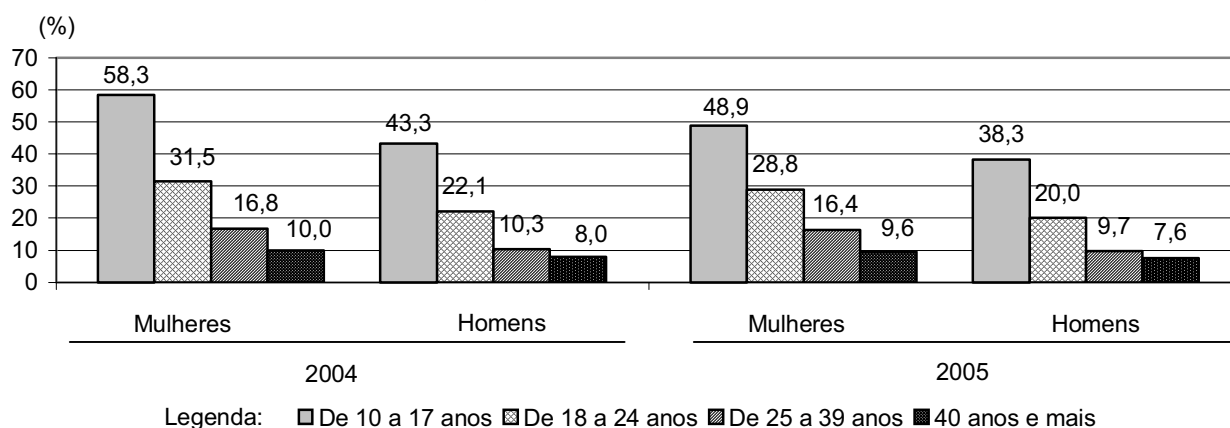
³ Esse desempenho não invalida a intensa desigualdade que as mulheres negras sofrem no mercado de trabalho, pois são as mais atingidas pelo desemprego.

mulheres na faixa etária de 18 a 24 anos (-8,6%), as que ocupavam a posição de chefes no domicílio (-7,4%), assim como as de cor branca (-7,2%). Cabe mencionar que o contingente das mulheres que ocupavam a posição outros⁴ no domicílio foi o único a apresentar crescimento em sua taxa de desemprego (10,6%) — Tabelas 6 e 7 do **Anexo Estatístico**.

A população masculina, por seu lado, registrou queda em todas as taxas específicas de desemprego, com destaque também para os mais jovens: para os que ocupavam a posição de filho no domicílio (-14,2%) e para os que se encontravam na faixa etária de 10 a 17 anos (-11,5%), conforme se observa nos Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3

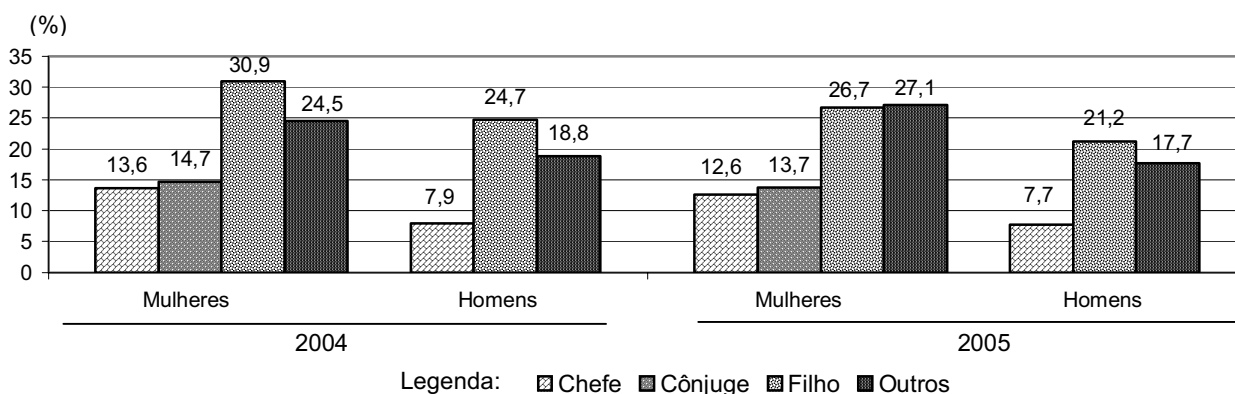
Taxa de desemprego, por sexo e faixa etária, na RMPA — 2004 e 2005



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE, SEADE-SP, DIEESE e apoio.

Gráfico 4

Taxa de desemprego, por sexo e posição no domicílio, na RMPA — 2004 e 2005



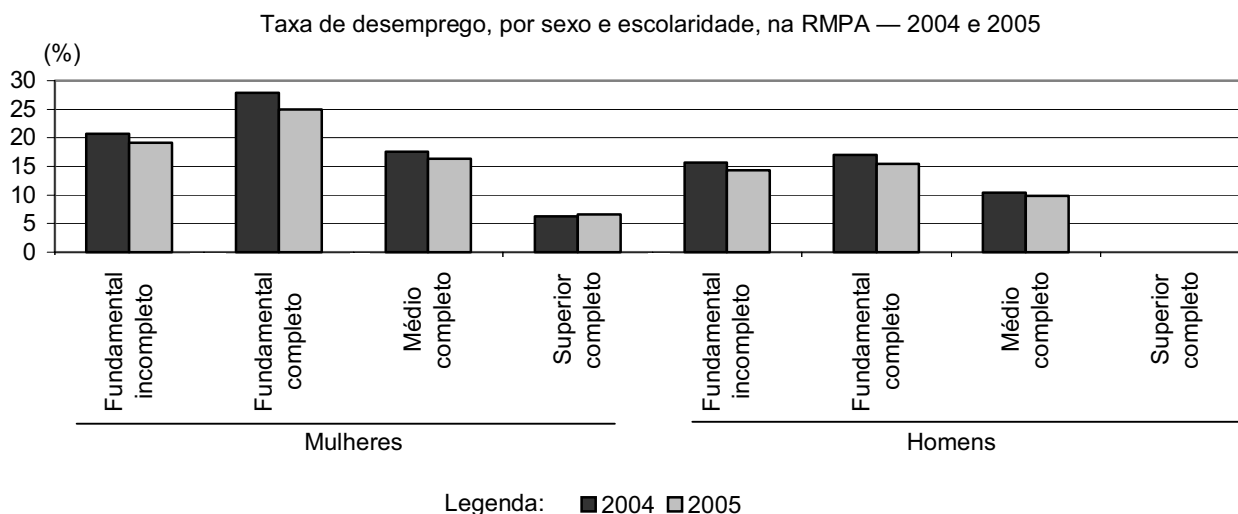
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: A amostra não comporta desagregação para a categoria homens-cônjuges.

⁴ Parentes, agregados, etc. que residem no domicílio.

No que se refere à escolaridade, o ano de 2005 foi mais adverso para as mulheres com escolaridade superior. A taxa de desemprego para esse grupo, de 6,6% da respectiva PEA, foi a única a sofrer acréscimo em relação a 2004, permanecendo, todavia, esse segmento, com as menores taxas de desemprego em relação às mulheres com outros níveis de escolaridade. Dentre os demais grupos, observaram-se decréscimos nas respectivas taxas de desemprego, sendo que o movimento mais favorável foi para o contingente feminino que detinha nível de ensino fundamental completo (-10,4%), seguido do das mulheres com nível médio completo (-7,4%). Na comparação com os homens, verifica-se, através do Gráfico 5, que, em todos os níveis, estes seguem apresentando patamares mais baixos em suas taxas de desemprego frente à população feminina. Em 2005, destaca-se, ainda, que a queda das taxas de desemprego masculinas foi um pouco menor do que a observada para as mulheres, exceção feita ao segmento com nível de ensino fundamental incompleto (Tabela 5 do **Anexo Estatístico**).

Gráfico 5



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

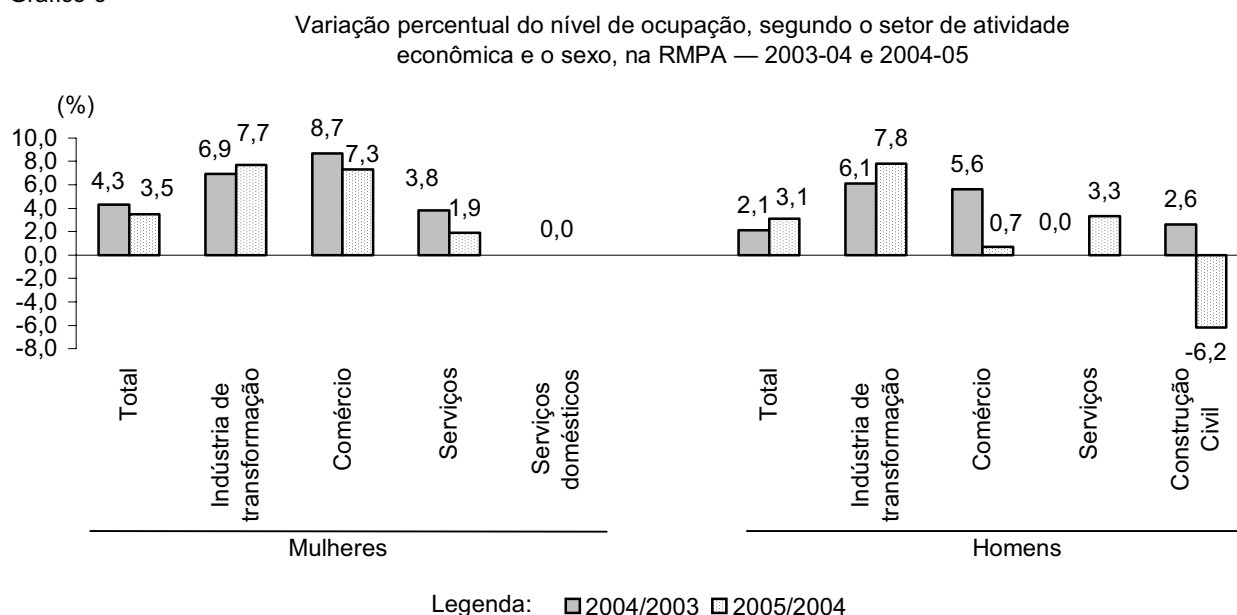
NOTA: A amostra não comporta desagregação para a categoria homens com ensino superior completo.

2 - Ocupação cresce igualmente para homens e mulheres, com predomínio do emprego assalariado legalizado

O nível de ocupação na RMPA, em 2005, cresceu 3,3% relativamente a 2004, tendo absorvido trabalhadores de ambos os sexos, com o acréscimo de mais 49 mil pessoas ao contingente ocupado. Em números absolutos, houve acréscimo de 23 mil postos de trabalho para o contingente feminino e de 26 mil para o segmento masculino. Note-se que, em virtude de o contingente de mulheres ocupadas ser menor do que o de homens, em termos relativos a variação da ocupação foi levemente superior para as mulheres: 3,5% frente aos 3,1% para os homens. Com tal evolução, o contingente total de mulheres ocupadas em 2005 ficou estimado em 686 mil trabalhadoras, enquanto o masculino se expandiu para 883 mil indivíduos (Tabelas 2 e 3 do **Anexo Estatístico**).

Do ponto de vista dos setores de atividade econômica, os resultados de 2005, comparativamente aos do ano anterior, acusaram crescimento da ocupação nos três principais setores, embora com magnitudes distintas conforme o sexo dos trabalhadores. Entre as mulheres, merece destaque o expressivo crescimento registrado na indústria (7,7%) e no comércio (7,3%), seguindo-se os serviços (1,9%). Nos serviços domésticos, o nível de ocupação permaneceu estável, mantendo o mesmo patamar verificado desde 2003. Para os trabalhadores do sexo masculino, o maior incremento também ocorreu na indústria (7,8%), seguindo-se os serviços (3,3%) e o comércio (0,7%). Note-se que, nos dois primeiros setores, a elevação foi superior à observada para as mulheres, ocorrendo o inverso no comércio. Já na construção civil, o comportamento foi negativo, com queda de 6,2% no nível de ocupação (Tabelas 11 e 12 do **Anexo Estatístico**). Saliente-se, ainda, que, em 2005, embora se tenha registrado crescimento da ocupação na maioria dos setores de atividade, o desempenho do nível ocupacional entre as mulheres foi inferior ao observado no ano de 2004, exceção feita à indústria, o que não se verificou para o contingente masculino, uma vez que, para este, o crescimento da indústria e dos serviços foi mais elevado no último ano (Gráfico 6).

Gráfico 6



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: 1. A amostra não comporta desagregação para as mulheres na construção civil e para os homens nos serviços domésticos.

2. Nos serviços domésticos, para as mulheres, houve estabilidade do contingente; para os homens, não houve variação em serviços, no período 2003-04.

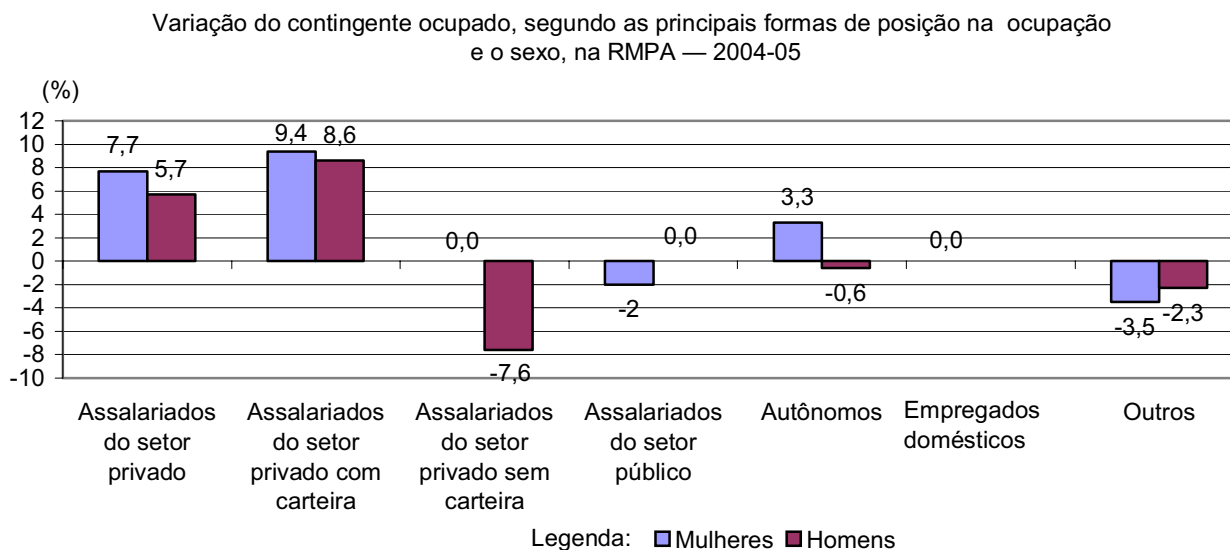
Ao se analisar a jornada média semanal de trabalho cumprida pelos trabalhadores nos diferentes setores de atividade, destaca-se, na comparação por gênero, o fato de que as mulheres apresentam jornadas médias inferiores às do segmento masculino em todos os setores, o que já é uma característica da força de trabalho feminina. Em 2005, no entanto, a jornada média cresceu apenas entre as mulheres, situando-se em 41 horas semanais, tendo aumentado em uma hora relativamente ao ano anterior, enquanto, para os homens, permane-

ceu estável em 46 horas semanais. A jornada mais extensa recaiu, tradicionalmente, sobre os trabalhadores do comércio, onde aumentou em uma hora para as mulheres, passando para 46 horas semanais, ficando estável entre os homens em 50 horas semanais. Dentre as demais alterações ocorridas em 2005, relativamente ao ano anterior, registrou-se aumento da jornada média semanal em uma hora para as mulheres em serviços domésticos, passando para 36 horas semanais, e recuo de uma hora para os trabalhadores masculinos na indústria, onde esse indicador situou-se em 44 horas semanais (Tabela 15 do **Anexo Estatístico**).

2.1 - Crescimento do emprego formalizado, no setor privado, foi ligeiramente superior entre as mulheres

Passando-se a examinar as diferentes categorias de posição na ocupação, verifica-se que a expansão do nível ocupacional teve como marca, no ano de 2005, o nítido predomínio do assalariamento no setor privado com carteira de trabalho assinada, que apresentou a maior variação anual da série da PED-RMPA. Para o contingente feminino, o crescimento nessa modalidade de inserção foi de 9,4%, acrescentando-se 23 mil empregos. Contrariamente, entre os assalariados do setor público e no conjunto que compõe a categoria outros⁵, registraram-se quedas de 2,0% e 3,5% respectivamente. Já os segmentos de assalariados do setor privado sem carteira de trabalho assinada e de empregados domésticos permaneceram estáveis (Gráfico 7 e Tabela 13 do **Anexo Estatístico**).

Gráfico 7



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: 1. A amostra não comporta desagregação para os empregados domésticos homens.

2. Para as mulheres, não houve variação no contingente de assalariados do setor privado sem carteira e no de empregados domésticos.

⁵ Essa categoria engloba empregador, profissional universitário autônomo, dono de negócio familiar, trabalhador familiar sem remuneração, etc.

Entre os homens, a marca antes referida foi contundente, pois a categoria de assalariados do setor privado com registro em carteira foi a única que se elevou em 2005 (8,6%, representando mais 35 mil empregos). A redução observada nas demais posições na ocupação foi mais expressiva entre os assalariados do setor privado sem carteira assinada (-7,6%), seguindo-se a categoria outros (-2,3%) e os autônomos (-0,6%). O nível ocupacional do setor público não se alterou (Tabela 14 do **Anexo Estatístico**).

A recuperação do emprego assalariado no setor privado vem ocorrendo de modo mais consistente pelo segundo ano consecutivo. Entretanto, se, em 2004, esse crescimento havia sido impulsionado pelo aumento do contingente assalariado sem carteira de trabalho assinada, agora, em 2005, esse segmento recua, ficando o assalariamento legalizado como o responsável pelo aumento observado. Em decorrência desse comportamento, a parcela de assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada atingiu a maior proporção observada na série da PED-RMPA, iniciada em 1993, tanto para as mulheres quanto para os homens. Assim, em 2005, do total de mulheres ocupadas, 40,9% eram assalariadas do setor privado com carteira assinada, enquanto a proporção de homens ultrapassava, pela primeira vez, a metade dos ocupados, alcançando 50,1% (Tabela 1). Em ambos os casos, os valores aproximam-se dos registrados nos anos iniciais da série, quando o processo de reestruturação produtiva, conjugado à política neoliberal adotada pelos governos a partir da década de 90, ainda não havia provocado a deterioração do mercado de trabalho que se observou no período posterior (Tabelas 20 e 21 do **Anexo Estatístico**).

Tabela 1

Distribuição e variação do contingente ocupado, segundo as principais formas de posição na ocupação e o sexo, na RMPA — 2004-05

(%)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	MULHERES		HOMENS	
	Total	Variação	Total	Variação
Assalariados do setor privado	49,1	7,7	59,7	5,7
Assalariados com carteira	40,9	9,4	50,1	8,6
Assalariados sem carteira	8,2	0,0	9,6	-7,6
Assalariados do setor público	14,9	-2,0	9,8	0,0
Autônomos	13,7	3,3	20,4	-0,6
Empregados domésticos	14,6	0,0	(1)-	(1)-
Outros	7,7	-3,5	9,6	-2,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta essa desagregação.

Em 2005, esse desempenho mais positivo, expresso no incremento da formalização do emprego assalariado conjugado ao comportamento declinante da maioria das formas ocupacionais mais precarizadas, interrompe a tendência de precarização que vinha marcando a evolução das inserções ocupacionais no mercado de trabalho da RMPA desde a década de 90.

Ressalte-se que essa característica não é peculiar à RMPA, pois o incremento expressivo do emprego assalariado legalizado vem-se consolidando igualmente no âmbito nacional.⁶ Tais resultados encontram-se associados à recuperação do nível de ocupação nos principais setores de atividade, aliado a uma fiscalização mais incisiva por parte do poder público no que se refere ao cumprimento da legislação trabalhista no nível das empresas.

Para o conjunto das mulheres trabalhadoras, entretanto, permanece a característica de estarem inseridas, em maior parcela do que os homens, em formas ocupacionais associadas a situações mais precárias no mercado de trabalho. Do ângulo do assalariamento legalizado — situação que garante a proteção das legislações trabalhista e previdenciária —, a parcela feminina atingia 55,8% do total de mulheres ocupadas (40,9% no setor privado e 14,9% no público), enquanto, para os homens, a proporção se elevava para 59,9% (50,1% e 9,8% respectivamente). Observe-se que a situação das mulheres se vê, de certo modo, amenizada pela sua maior participação no setor público. A maior precariedade da inserção feminina está basicamente vinculada à elevada presença de mulheres no emprego doméstico, no qual apresentam a proporção mais alta, de 14,6% do total. Isto porque, nessa categoria de emprego, cerca de 55% das pessoas ocupadas não possuem contrato de trabalho regulamentado, e os rendimentos médios são bastante baixos — em 2005, o rendimento médio era de R\$ 371,00, portanto, pouco acima do salário mínimo regional, de R\$ 360,00, mantendo-se ao redor desse padrão e sem apresentar perspectivas de ganhos maiores. Ademais, em outras inserções ocupacionais que geralmente estão associadas a baixos níveis de proteção social, rendimentos deprimidos e elevada rotatividade no trabalho, a presença feminina também é destacada, como é o caso do trabalho autônomo (13,7%) e do assalariamento sem carteira assinada no setor privado (8,2%).

2.2 - Escolaridade, idade e chefia de domicílio mantêm-se em elevação para o contingente feminino ocupado

Outras dimensões importantes relacionadas às características individuais das mulheres apresentam diferenças no confronto com a mão-de-obra masculina. Dentre elas, sobressai a escolaridade, em que a situação tem sido mais favorável às mulheres. Para 2005, a análise dos dados revela não apenas que se manteve a tendência de melhora dos níveis de escolaridade para os trabalhadores em geral, mas reafirma a característica de graus de escolaridade mais elevados entre as mulheres trabalhadoras.

O exame dos dados mostra que a parcela feminina com ensino fundamental incompleto se reduziu para 25,2% em 2005, face aos 27,0% de 2004; entre os homens, também houve declínio, mas a parcela nesse nível de ensino ainda abarcava 30,2% do total em 2005 (Tabelas 16 e 17 do **Anexo Estatístico**). Nos níveis mais elevados de escolaridade, houve crescimento da participação das mulheres: mais da metade delas (54,8%) havia cursado pelo menos o ensino médio completo; destas, 14,9% detinham diploma de nível superior. Note-se que, desde o ano de 2002, a maioria das mulheres apresentava escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo. Entre os homens, essa parcela, não obstante também tenha crescido, ainda não atingia a maioria dos trabalhadores, situando-se em 46,3%, em 2005.

Quanto à idade das mulheres trabalhadoras e sua condição de chefe de domicílio, as alterações no período 2004-05 foram pequenas, mas seguiram a tendência de anos anteriores. Assim, acompanhando-se o movimento demográfico de envelhecimento da população, a parcela mais elevada continuou sendo a de 40 anos e mais de idade (40,8% em 2005), seguida da faixa etária de 25 a 39 anos (38,8% nesse mesmo ano), que costumava agregar o maior percentual de mulheres ocupadas no decorrer da década de 90. No extremo

⁶ Conforme informações provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) — pesquisas do Ministério do Trabalho que coletam dados sobre os assalariados legalmente contratados pelas empresas, ou seja, sobre o emprego formal —, o saldo entre admissões e desligamentos, em 2005, foi positivo tanto no Brasil quanto no Estado do Rio Grande do Sul e na RMPA. Com base nesses resultados, o crescimento do emprego formal vem sendo considerado o maior registrado no País, desde os anos 90.

oposto, o menor contingente era o mais jovem, entre 10 e 17 anos, cuja participação no total de trabalhadoras continuou declinando, passando de 2,1% para 2,0% no período em foco. Para a força de trabalho masculina, os movimentos foram semelhantes, e as parcelas têm uma distribuição bastante próxima à da observada para as mulheres (Tabelas 16 e 17 do **Anexo Estatístico**).

Por fim, considerando os trabalhadores que são chefes de domicílio, verifica-se que as mulheres chefes têm apresentado parcela inferior à dos homens, o que também ocorre entre a população em geral, com a diferença de que, enquanto no contingente feminino ocupado a participação tende a se elevar, entre os homens ela vem apresentando pequenas retrações. Assim, em 2005, a proporção de mulheres nessa condição atingiu 22,1% face aos 21,6% do ano anterior, sendo que a parcela constituída pelas cônjuges seguiu sendo a mais elevada (50,1% em 2005). Para os homens, a maior proporção encontra-se entre os chefes de domicílio, a qual declinou de 69,9% para 69,1% no período em análise, seguindo-se a dos filhos (23,6% em 2005) — Tabelas 16 e 17 do **Anexo Estatístico**.

Tomados em conjunto, os dados sobre a ocupação revelam o quão diferenciada é a inserção de mulheres e homens no mercado de trabalho, bem como as condições individuais distintas que apresentam, tais como a prevalência de inserções ocupacionais mais precárias entre as mulheres e níveis mais elevados de escolaridade para esse segmento. Tais características, ao serem analisadas sob o enfoque de gênero, evidenciam, de modo marcante, o quadro mais geral de discriminação que afeta as mulheres em nossa sociedade, colocando-as em situações socialmente menos valorizadas e/ou mais precárias *vis-à-vis* ao segmento masculino.

3 - Persistem importantes diferenciais de remuneração entre mulheres e homens

As disparidades de remuneração são uma das formas mais persistentes de desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, embora se observe, ao longo da série dos dados da PED-RMPA, uma tendência de diminuição desse diferencial.

No ano de 2005, o rendimento médio real do trabalho principal apresentou aumento para ambos os sexos, sendo um pouco mais elevado para os homens (1,5%) do que para as mulheres (1,2%). Tendo em vista esse resultado, interrompeu-se o movimento de diminuição da desigualdade entre os sexos, que vinha sendo registrado nos últimos quatro anos. Assim, o rendimento médio real das mulheres atingiu 74,4% do auferido pelos homens em 2005, aumentando um pouco a diferença de rendimento entre os sexos na comparação com o ano anterior, quando tal proporção era de 74,7%. O valor monetário do rendimento médio das mulheres ficou em R\$ 764,00, enquanto o dos homens foi de R\$ 1.027,00. Ressalte-se, para os homens, que a elevação do rendimento em 2005 se deu após quatro anos consecutivos de queda. Já o aumento entre as mulheres ocorreu pelo segundo ano (Tabela 22 do **Anexo Estatístico**).

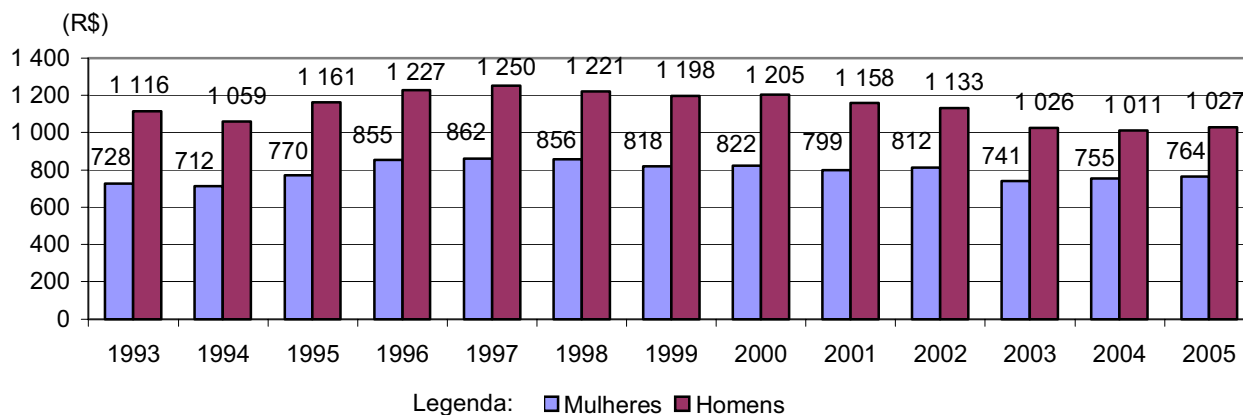
Com relação ao salário médio real, enquanto o auferido pelas mulheres apresentou variação negativa de 0,6%, com um valor monetário de R\$ 841,00, o salário dos homens apresentou variação positiva de 0,5% em 2005, atingindo R\$ 992,00. Igualmente entre os assalariados, observa-se que, após terem apresentado um movimento de diminuição da desigualdade salarial entre os sexos por quatro anos consecutivos, essa diferença se ampliou em 2005. Desse modo, os ganhos das mulheres assalariadas atingiram 84,8% do salário médio auferido pelos homens em 2005, aumentando a diferença salarial entre os sexos, na comparação com o ano anterior, quando tal proporção era de 85,8% (Tabela 23 do **Anexo Estatístico**).

Considerando-se os estratos de rendimento para o total de ocupados, em 2005, ocorreram aumentos em todos os grupos, tanto para as mulheres quanto para os homens, sendo esses mais expressivos para os grupos de menores rendimentos. O maior incremento ocorreu para o Grupo 1 — formado pelos 25% dos ocupados com menores rendimentos (4,3% para a força de trabalho feminina e 3,8% para a masculina). No entanto, nesse mesmo grupo, estima-se, para as mulheres, um valor médio inferior ao do salário mínimo nacional (R\$ 241,00 face a um salário mínimo de R\$ 300,00) e, para os homens, menor que o do salário

mínimo regional (R\$ 330,00 face ao salário mínimo regional de R\$ 360,00). Ressalte-se, ainda, que, para as mulheres, o segundo maior aumento ocorreu no Grupo 2 (3,7%). Com relação ao comportamento dos salários, o maior incremento registrado também ficou por conta do Grupo 1 (4,2% para as mulheres e 2,7% para os homens). Observa-se retração para os grupos de maior poder aquisitivo (Grupos 3 e 4) entre as mulheres assalariadas, enquanto, no contingente masculino, ocorreram variação positiva no Grupo 3 e relativa estabilidade no Grupo 4 (Tabelas 24, 25, 26 e 27 do **Anexo Estatístico**).

Gráfico 8

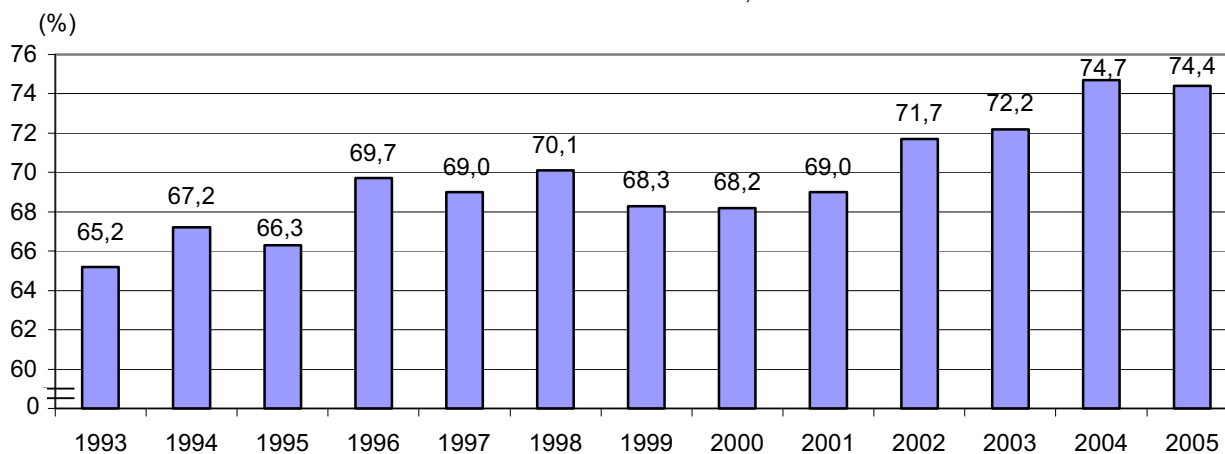
Rendimento médio real dos ocupados, por sexo, na RMPA — 1993-05



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Gráfico 9

Proporção do rendimento médio real das mulheres em relação ao rendimento médio real dos homens, na RMPA — 1993-05



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Quanto ao rendimento feminino segundo os setores de atividade econômica, verifica-se, em 2005, que o maior crescimento no setor privado foi obtido na indústria (3,6%), enquanto, para os homens, foi no comércio (1,2%), ficando a indústria com uma variação negativa de 0,3%. Dessa forma, observa-se significativa diminuição da diferença no salário industrial entre os gêneros, passando o salário médio da mulher a equivaler a 65,9% do salário médio masculino, ao passo que, no ano anterior, representava apenas 63,4%. Note-se, contudo, que é na indústria que persiste a maior diferença salarial entre os sexos.

Segundo a regulamentação no contrato de trabalho, constata-se que, entre as mulheres, houve elevação salarial para as trabalhadoras sem registro em carteira (1,1%) e relativa estabilidade (-0,1%) para as com carteira assinada. Já para os homens, o movimento foi inverso (queda de 5,0% para os sem registro e aumento de 0,7% para os com carteira) — Tabelas 28, 29, 30 e 31 do **Anexo Estatístico**.

Tendo em vista o rendimento por hora médio segundo o nível de instrução dos trabalhadores, observa-se aumento generalizado em todos os níveis de ensino para ambos os sexos. Destaca-se que, nos três níveis mais elevados, houve diminuição de desigualdade no rendimento médio por hora entre as mulheres e os homens. No nível superior completo, consta a menor diferença, pois o rendimento médio por hora feminino equivalia a 82,7% do masculino em 2005 (Tabelas 32 e 33 do **Anexo Estatístico**).

4 - Mulheres negras ainda detêm condições menos favoráveis no mercado de trabalho

A situação menos favorável do contingente feminino no mercado de trabalho vê-se agravada, quando se analisam as condições de inserção dos indivíduos sob o recorte de raça/etnia, em que à discriminação de gênero se sobrepõem os padrões discriminatórios que afetam a população negra, especialmente as mulheres negras.

De fato, ao se tomar o segmento das mulheres trabalhadoras repartido entre mulheres negras e não negras,⁷ sobressai a inserção ainda mais precarizada das mulheres negras no conjunto da força de trabalho. Tal situação fica explicitada em diversos indicadores, tais como o fato de que as mulheres negras apresentam taxas de desemprego mais elevadas, encontram-se, em proporções mais altas, em formas de inserção ocupacional associadas à maior precarização, são menos escolarizadas que as mulheres não negras e têm os menores níveis de rendimentos do trabalho. Ademais, conforme os dados da PED-RMPA, desde o primeiro ano da série (1993), as mulheres negras têm apresentado uma taxa de participação superior à das mulheres não negras,⁸ como reflexo da maior dependência da população negra ao mercado de trabalho, dado que os processos discriminatórios associados a essa etnia a inserem majoritariamente nas camadas mais pobres da população. Devido ao seu duplo pertencimento à camada que mais sofre discriminações — de sexo e de etnia —, a mulher negra apresenta a condição mais crítica, o que é facilmente observável através dos principais indicadores do mercado de trabalho.

Considerando o conjunto dos ocupados e sua distribuição pelos setores de atividade econômica, sobressai a elevada participação das mulheres negras nos serviços domésticos (28,9%, em 2005, contra 12,5% entre as não negras), setor em que as condições de inserção são bastante precárias, conforme já comentado. Ressalte-se, entretanto, uma mudança positiva na participação das mulheres negras pelos diferentes setores de atividade, evidenciada no recuo da parcela inserida nos serviços domésticos, que passou de 32,2% em 2004 para os 28,9% observados em 2005, e no aumento nos demais setores econômicos. Para

⁷ Etnia negra inclui pretas e pardas, e etnia não negra inclui brancas e amarelas.

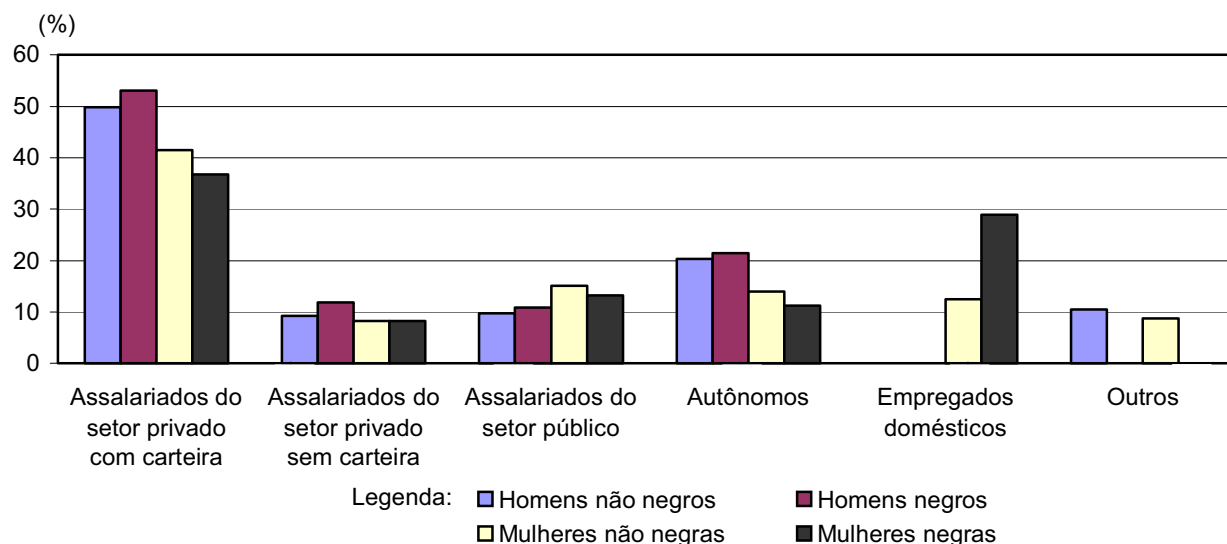
⁸ A RMPA, em comparação com outras regiões metropolitanas, na maioria das vezes, sempre mostrou maiores diferenças na taxa de participação no mercado de trabalho entre mulheres negras e não negras, quadro que se modificou em 2005, quando a RMPA perdeu posição para outras regiões metropolitanas, como São Paulo (57,6% para as mulheres negras e 53,6% para as mulheres não negras) e Belo Horizonte (54,3% para as mulheres negras e 51,0% para as mulheres não negras).

o segmento de mulheres não negras, as alterações foram pequenas e, no caso dos serviços domésticos, a parcela passou de 13,0% para 12,5% respectivamente (Tabelas 39 do **Anexo Estatístico**).

A inserção ocupacional mais desfavorável para as mulheres negras é também retratada na menor participação nos vínculos de emprego mais protegidos, uma vez que, conforme os dados para 2005, as parcelas assalariadas no setor privado com carteira assinada (36,8%) e no emprego público (13,2%) eram inferiores às registradas para as mulheres não negras (41,5% e 15,1% respectivamente) — Tabela 40 do **Anexo Estatístico** e Gráfico 10.

Gráfico 10

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, segundo cor e sexo, na RMPA — 2005



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: A amostra não comporta desagregação para os empregados domésticos homens e para mulheres e homens de cor negra trabalhadores da categoria outros.

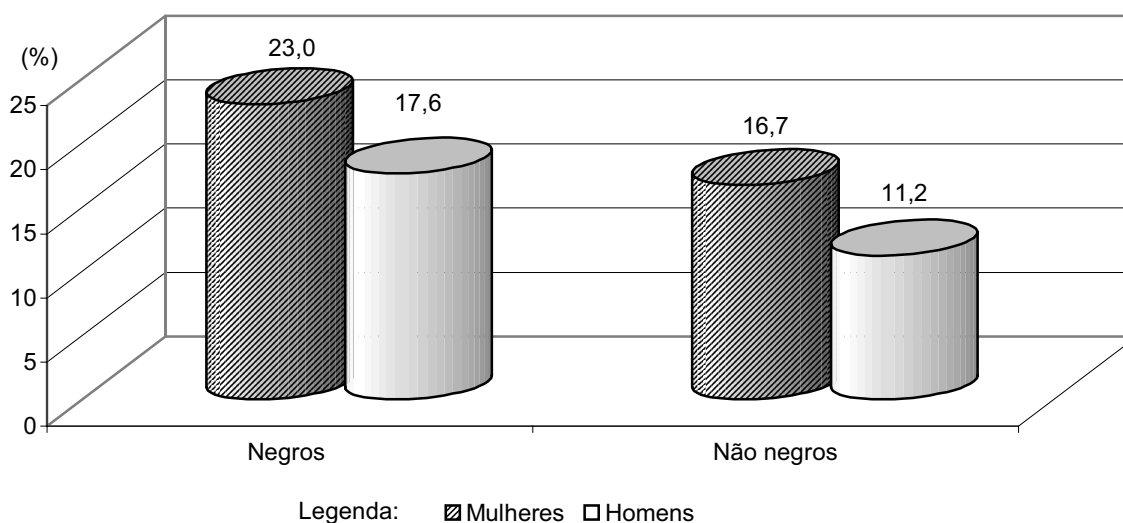
As mulheres negras também apresentavam níveis de escolaridade inferiores ao observado entre as não negras, evidenciando concentração no ensino fundamental incompleto (35,9% em 2005 contra 23,7% entre as não negras), ao passo que as mulheres não negras se encontravam concentradas no ensino médio completo (40,7% contra 34,1% entre as negras). Aqui também houve uma melhora mais expressiva para as mulheres negras, em especial pela queda da parcela com ensino fundamental incompleto (de 39,2% em 2004 para 35,9% em 2005) principalmente em favor do aumento daquelas com ensino médio completo (de 31,4% para 34,1% respectivamente) — Tabela 38 do **Anexo Estatístico**. Ainda assim, mais da metade das mulheres negras (51,3%) detinham, no máximo, o nível de ensino fundamental completo, ao passo que, entre as mulheres não negras, os níveis de escolaridade eram bem mais elevados: a parcela com até nível de ensino fundamental completo reduzia-se para 35,7%, e mais da metade delas (57,0%) apresentavam escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo.

Quanto ao desemprego, o quadro atual de discriminação da força de trabalho feminina de cor negra não sofreu significativas alterações, permanecendo com o estigma de ser a parcela da população que mais

experiencia a condição de desemprego. Cabe ressaltar, todavia, que se verificou um declínio importante, de 15,8%, na taxa de desemprego das mulheres negras em 2005 comparada à taxa de 2004 (passou de 27,3% para 23,0%). Esse indicador, entretanto, permaneceu aquém do registrado para o contingente feminino de cor não negra que estava na condição de desemprego — sua taxa de desemprego passou de 18,0% em 2004 para 16,7% em 2005 — e representava o dobro do observado entre a população masculina de cor não negra, que, em 2005, registrou uma taxa de 11,2% (Tabela 36 do **Anexo Estatístico**).

Gráfico 11

Taxa de desemprego, por sexo e cor, na RMPA — 2005

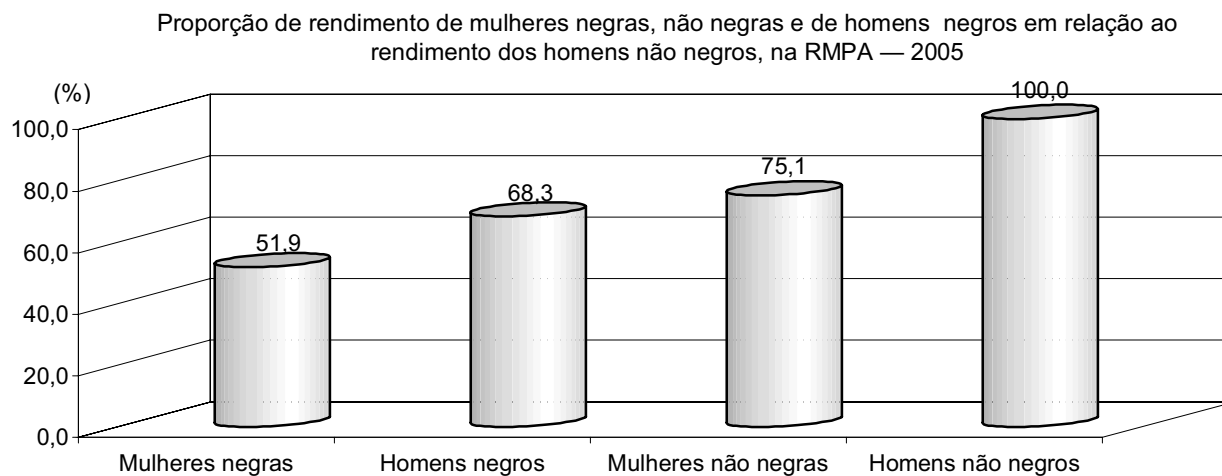


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Por fim, considerando-se o rendimento do trabalho, a situação das mulheres negras também é a mais desfavorável, pois os valores por elas auferidos se situavam em patamar inferior ao das mulheres não negras, como resultado de uma inserção ocupacional mais precária, evidenciada pelas trabalhadoras negras. De fato, em 2005, observa-se que o rendimento real médio das mulheres negras correspondia a 69,09% (R\$ 550,00) dos ganhos das mulheres não negras (R\$ 796,00). Já a diferença é menor, quando se compara o rendimento entre homens e mulheres negros, pois estas últimas auferiram 76,6% do rendimento registrado para os homens negros (Tabelas 41 e 42 do **Anexo Estatístico**).

Outro fato importante que retrata a forte discriminação sofrida entre a população negra é a posição de desvantagem, no que respeita aos rendimentos, em que se encontrava o próprio homem negro, cujo rendimento médio (R\$ 718,00) era ainda inferior ao registrado entre as mulheres não negras (R\$ 796,00). Tais relações podem ser claramente visualizadas no Gráfico 12.

Gráfico 12



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio RMPA.

A vulnerabilidade da mulher negra fica ainda mais evidenciada no exame do rendimento médio real distribuído em classes de salário mínimo. Assim, pode-se observar, conforme a Tabela 43 do **Anexo Estatístico**, que, em 2005, cerca de três quartos das mulheres negras recebiam uma renda de até dois salários mínimos (74,3%), enquanto, para as mulheres não negras, essa proporção recuava para 57,5%. Ressalta-se, ainda, que, entre as mulheres negras, 14,9% recebiam menos de um salário mínimo, enquanto somente 9,9% das mulheres não negras estavam na mesma condição.